

Muitas reservas de matérias-primas críticas localizam-se no interior ou nas proximidades de terras de povos indígenas ou de comunidades camponesas. Foto: Desmatamento de floresta tropical na ilha de Sumatra, na Indonésia, Rich Carey/Shutterstock

O que o regulamento europeu sobre matérias-primas críticas significa para os povos e as florestas?

Abril 2024

Introdução

Os motivos que embasam o regulamento europeu sobre matérias-primas críticas

Em 2020, a União Europeia (UE) apresentou sua estratégia para a realização de uma transição ambiental e digital.¹ O êxito dessa estratégia depende do apoio a setores econômicos que fazem uso extensivo das chamadas matérias-primas críticas (MPC). A obtenção dessas matérias-primas não é uma tarefa simples, pois suas cadeias de suprimentos são altamente dependentes de importações, muitas vezes de apenas um ou dois países. Além disso, como muitas nações vêm adotando estratégias industriais similares, a disputa por essas matérias-primas no mercado internacional está cada vez mais acirrada.

Elaborado em resposta a esses riscos, o Regulamento sobre Matérias-Primas Críticas (RMPC) visa a garantir cadeias de suprimentos de MPC seguras, resilientes e sustentáveis.²

O RMPC faz uma distinção entre matérias-primas estratégicas (MPS) e matérias-primas críticas (MPC). As primeiras correspondem às matérias-primas consideradas estratégicas devido à sua relevância para os setores ecológico, digital, aeroespacial e de defesa, enquanto as últimas incluem todas as SRM e outras matérias-primas consideradas críticas com base na “metodologia de avaliação de criticidade” estabelecida

pela Comissão Europeia, na última década. A maioria das disposições do CRMR tem como alvo as SRM, em especial as relacionadas a projetos estratégicos e aos padrões de referência para extração, processamento e reciclagem. Mas alguns aspectos do regulamento dizem respeito à lista MPS. Assim, o RMPC tem como objetivo aumentar a produção nacional de MPS, graças a projetos estratégicos na UE, mas também diversificar as importações e reduzir a dependência de um pequeno número de países por meio de projetos estratégicos e parcerias estratégicas com países terceiros. Graças à mobilização de organizações não governamentais (ONGs), a RMPC também espera aumentar a sustentabilidade e minimizar os impactos sociais e ambientais das cadeias de suprimentos. Isso será alcançado principalmente por meio do aumento da circularidade e da eficiência dos recursos, não apenas para a MPS, mas para toda a MPC.

O RMPC tem por objetivo estimular a produção mundial de MPC, para que a UE possa diversificar suas importações e reduzir a dependência em relação a um número reduzido de atores. Contando com a atuação de organizações não governamentais (ONGs), o RMPC espera também contribuir para fortalecer a sustentabilidade e minimizar os impactos sociais e ambientais das cadeias de suprimentos – objetivos que devem ser atingidos sobretudo por meio do incentivo à circularidade e à eficiência.

¹ https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_20_416

² https://single-market-economy.ec.europa.eu/sectors/raw-materials/areas-specific-interest/critical-raw-materials/critical-raw-materials-act_en

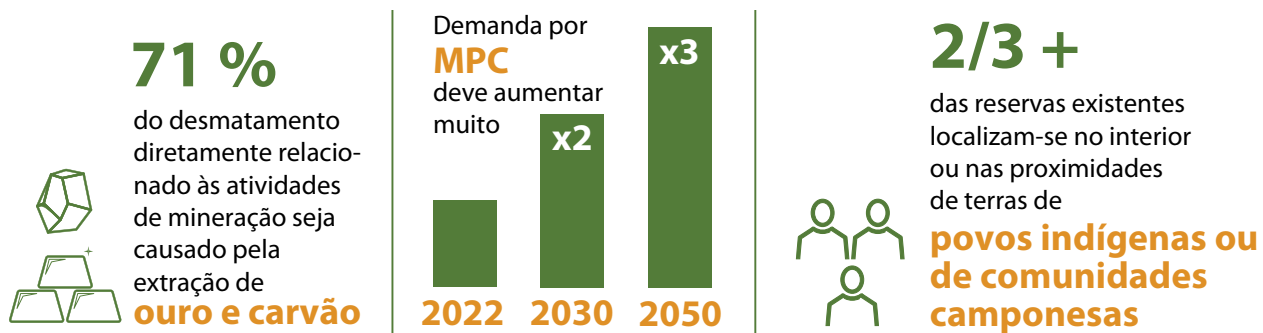
Como o consumo de MPC pela UE intensifica o desmatamento e as violações de direitos humanos

Os impactos sociais e ambientais das atividades de mineração e das infraestruturas associadas são bem documentados. Além de contribuir significativamente para o desmatamento, a degradação florestal e a redução da biodiversidade,³ a mineração está associada a violações de direitos humanos, incluindo a espoliação de terras e a destruição dos modos de vida de populações rurais.⁴ Com um consumo de metais e minérios que, segundo estimativas, é responsável por 14% do desmatamento provocado no mundo inteiro pelas atividades de mineração,⁵ a UE desempenha papel relevante nesse cenário.

Ainda que atualmente 71% do desmatamento diretamente relacionado às atividades de mineração seja causado pela extração de apenas duas commodities (ouro e carvão),⁶ as projeções indicam que a demanda por MPC deve aumentar muito, modificando significativamente a conjuntura. Em relação aos níveis de 2022, a demanda deve dobrar até 2030 e mais do que triplicar até 2050.⁷ Além

disso, muitas das MPC encontram-se em áreas particularmente vulneráveis – mais de dois terços das reservas existentes localizam-se no interior ou nas proximidades de terras de povos indígenas ou de comunidades camponesas,⁸ e uma parcela significativa situa-se em regiões ricas em biodiversidade, como as florestas tropicais. Em 2019, 80% dos metais do mundo foram extraídos de ecossistemas caracterizados por grande biodiversidade.⁹

São muitos e cada vez mais numerosos os casos de danos sociais e ambientais causados pela extração de MPC.¹⁰ Na Guiné, por exemplo, de onde vem grande parte das importações europeias de bauxita (para a produção de alumínio), as atividades de mineração destruíram vastas áreas de plantio e florestas, afetando profundamente o modo de vida das comunidades rurais.¹¹ A extração de níquel também teve um impacto devastador para comunidades e florestas na Indonésia¹² e nas Filipinas¹³, que abrigam reservas substanciais desse minério. A mineração de níquel teve uma expansão particularmente acelerada na Indonésia, com a construção de diversas usinas de processamento do minério nos últimos anos.¹⁴



- 3 Kramer, M. et al. (2023) *Extracted Forests. Unearthing the Role of Mining-related Deforestation as a Driver of Global Deforestation*. WWF, WU Vienna e Satelligence. https://wwfint.awsassets.panda.org/downloads/wwf_studie_extracted_forests_1_1.pdf
- 4 *Transition Minerals Tracker*, 2022. <https://www.business-humanrights.org/en/from-us/briefings/transition-minerals-tracker-2022-global-analysis/>
- 5 Kramer, M. et al. (2023) *Extracted Forests. Unearthing the Role of Mining-related Deforestation as a Driver of Global Deforestation*. WWF, WU Vienna e Satelligence. https://wwfint.awsassets.panda.org/downloads/wwf_studie_extracted_forests_1_1.pdf
- 6 Kramer, M. et al. (2023) *Extracted Forests. Unearthing the Role of Mining-related Deforestation as a Driver of Global Deforestation*. WWF, WU Vienna e Satelligence. https://wwfint.awsassets.panda.org/downloads/wwf_studie_extracted_forests_1_1.pdf
- 7 IEA (2023) *Critical Minerals Market Review 2023*. <https://www.iea.org/topics/critical-minerals>
- 8 Owen, J.R. et al. (2023) *Energy transition minerals and their intersection with land-connected peoples*. *Nature Sustainability* 6: 203-211, <https://www.nature.com/articles/s41893-022-00994-6>
- 9 Luckeneder, S. et al. (2021) *Surge in global metal mining threatens vulnerable ecosystems*. *Global Environmental Change* 69, <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959378021000820?via%3Dihub>
- 10 <https://www.business-humanrights.org/en/from-us/transition-minerals-tracker/>
- 11 <https://www.washingtonpost.com/world/interactive/2023/ev-battery-bauxite-guinea/>; Human Rights Watch (2018) *What do we get out of it? The Human Rights Impacts of Bauxite Mining in Guinea*. <https://www.hrw.org/news/2018/10/04/guinea-bauxite-mining-boom-threatens-rights>
- 12 Luckeneder, S. et al. (2021) *Surge in global metal mining threatens vulnerable ecosystems*. *Global Environmental Change* 69, <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959378021000820?via%3Dihub>
- 13 <https://news.mongabay.com/2023/12/nickel-mine-threatens-philippines-biodiversity-hotspot-on-sibuyan-island-analysis/>
- 14 CRI (2024) *Nickel Unearthed. The Human and Climate Costs of Indonesia's Nickel Industry*. *Climate Rights International*, January 2024. <https://cri.org/reports/nickel-unearthed/>

Em que consiste o RMPC?

O RMPC estabelece um conjunto de medidas que têm como objetivo diversificar as fontes de fornecimento de MPS da UE, de modo a reduzir sua dependência de importações e atenuar os impactos ambientais e sociais causados pela produção desses materiais. Por MPS, o regulamento inclui as seguintes metas a serem alcançadas até 2030:

- ampliação da capacidade europeia para atender às seguintes proporções anuais de consumo da UE: 10% por meio da extração de matérias-primas, 40% por meio de processamento e 25% por meio de reciclagem.
- diversificação das importações, de modo que cada MPC seja obtida junto a diversos países e nenhum deles responda por mais de 65% do consumo anual da UE.

Uma das medidas fundamentais do RMPC é a facilitação da implementação de projetos estratégicos – de extração, processamento ou reciclagem de MPS– no interior da UE e em outros países. O status “estratégico” é concedido pela Comissão. Para projetos na UE, o principal benefício para os promotores de projetos é que o status estratégico implica que as autoridades do Estado Membro devem respeitar prazos específicos para o processo de concessão de licenças. Além disso, embora não seja legalmente regulamentado pelo RMPC, o regulamento aborda a cooperação internacional por meio do estabelecimento de parcerias estratégicas e/ou do fortalecimento das disposições do MPC nos acordos de livre comércio (FTAs). Também está


previsto um clube de MPC para apoiar a cooperação entre países produtores e consumidores.

De acordo com o RMPC, a UE e seus Estados-Membros terão que mitigar os aumentos esperados no consumo de MPCs na UE. Também é solicitado aos Estados-Membros que incentivem a reutilização e a reciclagem de MPCs e seus produtos finais. A recuperação de MPCs de resíduos de extração também é facilitada.

No futuro, o regulamento tem como objetivo reduzir o impacto ambiental da produção de MPC. Aqueles que colocarem determinados MPCs no mercado da UE deverão fornecer uma declaração de pegada ambiental para determinados materiais, como forma de incentivar práticas mais sustentáveis.

As MPS que estarão sujeitas ao RMPC são as que têm grande importância estratégica para os setores ambiental, digital, aeroespacial e de defesa da UE, nos quais se observa elevado risco de interrupções na cadeia de suprimentos, onde há um hiato potencialmente significativo entre a oferta e a demanda, projetada em termos mundiais e existem dificuldades para que a produção seja ampliada. A lista é composta atualmente por 35 materiais e será reavaliada e atualizada no mínimo a cada três anos. Os materiais incluídos são componentes fundamentais para a produção de baterias, como cobalto, grafite, lítio, manganês e níquel; metais de terras raras, usados na fabricação de ímãs para turbinas eólicas e veículos elétricos; e bauxita e cobre, que são componentes essenciais para as redes elétricas.¹⁵

15 IEA (2021) *The Role of Critical Minerals in Clean Energy Transitions*.
<https://www.iea.org/reports/the-role-of-critical-minerals-in-clean-energy-transitions>



A mineração está associada à espoliação de terras. Foto: Agricultor semeando árvores no vilarejo de Muara Tae, na Indonésia, Michael Eko/Climate Visuals Countdown

Como o RMPC afetará os países que possuem grandes reservas de matérias-primas críticas?

Uma vez que seu objetivo é ampliar a disponibilidade de MPS, o RMPC deve ter um impacto significativo, dentro e fora da UE, para os países que possuem grandes reservas de matérias-primas críticas. A expansão da capacidade de extração, processamento e reciclagem deve gerar benefícios sociais e econômicos para os países onde os projetos serão desenvolvidos, mas também acarretará riscos significativos, inclusive para o Estado de direito, para o meio ambiente e para as comunidades próximas aos projetos. O regulamento contém algumas disposições para aprimorar a sustentabilidade e a governança do setor, mas há organizações da sociedade civil, como a Fern, que

receiam que isso não seja suficiente, principalmente considerando o provável aumento da demanda por esses materiais.¹⁶

Os critérios para identificar projetos estratégicos foram identificados e incluem o fato de que eles devem contribuir para a segurança do abastecimento da UE e ser sustentáveis. O RMPC exige discussões sobre a priorização de Parcerias Estratégicas com países terceiros, mas não regulamenta nada tangível nas parcerias (ver o Quadro 1). Os projetos em países terceiros precisam aumentar o valor local e ser benéficos para o país onde o projeto está localizado.

Quadro 1. Critérios de sustentabilidade do RMPC para parcerias e projetos estratégicos

Critérios de sustentabilidade para a seleção de projetos estratégicos, Artigo 6(1)c

Prevê-se uma implementação sustentável do projeto, particularmente no que se refere: ao monitoramento, prevenção e minimização dos impactos ambientais; à prevenção e minimização dos impactos sociais negativos por meio da adoção de práticas socialmente responsáveis, incluindo o respeito aos direitos humanos, aos direitos dos povos indígenas e aos direitos trabalhistas – em especial no caso de reassentamentos involuntários –; ao potencial de geração de empregos de qualidade e estabelecimento de um diálogo construtivo com as comunidades locais e os interlocutores sociais pertinentes; e à adoção de práticas empresariais transparentes, com políticas de conformidade adequadas para prevenir e minimizar os riscos de impactos negativos sobre o funcionamento adequado da administração pública, incluindo a corrupção e o pagamento de propina.

Para projetos em países terceiros que são mercados emergentes ou economias em desenvolvimento, o projeto seria mutuamente benéfico para a União e o país terceiro em questão, agregando valor nesse país terceiro.

Critérios de sustentabilidade para priorizar parcerias estratégicas, Artigo 37(1)c(ii)

O Conselho Europeu discutirá periodicamente quais países terceiros podem ser priorizados para a celebração de Parcerias Estratégicas, levando em consideração prevê-se que a cooperação entre a UE e um país terceiro pode ampliar a capacidade de que dispõe esse país para garantir o monitoramento, prevenção e minimização de impactos ambientais negativos por meio de seu marco regulatório e da implementação deste; a adoção de práticas socialmente responsáveis, incluindo o respeito aos direitos humanos e trabalhistas, notadamente no que tange ao trabalho forçado e ao trabalho infantil; o diálogo construtivo com as comunidades locais, incluindo povos indígenas; a adoção de práticas empresariais transparentes e responsáveis; a prevenção de impactos negativos para o bom funcionamento da administração pública; e o Estado de direito.

¹⁶ Raw Materials Coalition (2024) *Limiting environmental damage, human rights abuses and Indigenous Peoples' rights violations: Civil society guidelines for the implementation of the EU Critical Raw Materials Regulation*. <https://eurmc.org/publication/limiting-environmental-damage-human-rights-abuses-and-indigenous-peoples-rights-violations-civil-society-guidelines-for-the-implementation-of-the-eu-critical-raw-materials-regulation/>



A extração de matérias-primas críticas causa enormes e crescentes danos sociais e ambientais. Foto: Lago poluído pela mineração de níquel em Mindanao, nas Filipinas, MaryTraveller/Shutterstock

Uma das prioridades do RMPC é a implementação dos projetos em prazo oportuno: o processo de identificação de projetos estratégicos deve ser “ágil e não excessivamente complexo” para a Comissão. A fim de oferecer uma “maneira clara e eficiente” para as empresas atenderem aos critérios de sustentabilidade dos projetos, tanto a conformidade com a legislação europeia pertinente (para projetos dentro da UE) ou com a legislação internacional pertinente (para projetos em países terceiros), quanto a aplicação de um sistema de certificação “reconhecido” podem substituir a avaliação detalhada da Comissão. Uma vez identificados, os projetos se beneficiarão de procedimentos de licenciamento simplificados (no caso de projetos da UE) e de apoio para acesso a financiamento. Um dos principais objetivos da cooperação internacional é facilitar a implementação de projetos por meio do fortalecimento da governança e da promoção de investimentos.

Devido à já preocupante legislação minerária, que trata suficientemente dos escandalosos impactos ambientais e sociais da mineração, e às preocupações tangíveis sobre a forma como a legislação ambiental da UE (sobre resíduos de extração, por exemplo) é aplicada nos Estados-Membros atualmente, esse foco na velocidade sem nenhuma salvaguarda adicional em nível da UE traz o risco de as questões ambientais e sociais serem negligenciadas. Além disso, são bastante conhecidas as

limitações dos mecanismos de certificação como forma de garantir a sustentabilidade, assim como os riscos para as comunidades caso a execução dos projetos não esteja condicionada a seu consentimento livre, prévio e informado.¹⁷

A cooperação internacional também tem por objetivo promover práticas sustentáveis e de economia circular no interior de países parceiros por meio, por exemplo, de programas de capacitação e de transferência de tecnologia. Agregar valor local em países emergentes e em desenvolvimento também é uma prioridade, sobretudo no caso de parcerias estratégicas. No entanto, considerando seu reduzido poder de negociação e a importância que o RMPC confere à segurança no fornecimento de MPC, não está claro até que ponto os países em desenvolvimento se beneficiarão desse tipo de cooperação.¹⁸ Além disso, o foco da UE nos TLCs para garantir o fornecimento de países terceiros também acarreta no risco de não dar a devida atenção às questões ambientais e sociais.¹⁹

Há um risco efetivo de que a proliferação dos projetos de cooperação internacional envolvendo MPC siga um padrão conhecido: os países parceiros se esforçarão para obter os devidos benefícios e os impactos ambientais e sociais serão vistos como tendo importância secundária em relação às prioridades da UE na obtenção de acesso a matérias-primas.

17 Raw Materials Coalition (2024) *Limiting environmental damage, human rights abuses and Indigenous Peoples' rights violations: Civil society guidelines for the implementation of the EU Critical Raw Materials Regulation*. <https://eurmc.org/publication/limiting-environmental-damage-human-rights-abuses-and-indigenous-peoples-rights-violations-civil-society-guidelines-for-the-implementation-of-the-eu-critical-raw-materials-regulation/>

18 https://www.fern.org/fileadmin/uploads/fern/Documents/2023/A_Partnership_of_Equals_01.pdf

19 Transnational Institute (2024) *The Raw Materials Rush: How the European Union is using trade agreements to secure the supply of critical raw materials for its green transition*. <https://eurmc.org/publication/the-raw-materials-rush-how-the-european-union-is-using-trade-agreements-to-secure-the-supply-of-critical-raw-materials-for-its-green-transition/>

O RMPC pode reduzir os impactos para os povos e as florestas?

Embora não possam ser consideradas suficientemente robustas ou prescritivas, as disposições do regulamento relativas à sustentabilidade oferecem as seguintes oportunidades para minimizar os riscos para as florestas e os povos da floresta:

Seleção e monitoramento de projetos estratégicos

Os projetos estratégicos serão identificados com base em sua viabilidade e sustentabilidade. O RMPC introduz diferentes maneiras de avaliar a conformidade com os critérios de sustentabilidade para que um projeto seja reconhecido como estratégico pela Comissão, dependendo de se tratar de um projeto localizado na UE ou de um projeto localizado em um terceiro país.

Para um projeto localizado na UE, a avaliação da Comissão deve se basear na conformidade com a legislação nacional e da UE pertinente, enquanto um projeto em um país terceiro deve ser avaliado com base na legislação nacional e nos instrumentos internacionais aplicáveis (incluindo a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP), os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos, o Guia de Diligência Devida da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para Cadeias de Suprimento Responsáveis de Minerais e as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais).

No entanto, um considerando deixa claro que, independentemente da forma como a conformidade é avaliada, “tanto os projetos na União quanto em países terceiros, ou países e territórios ultramarinos (PTU), precisam aderir ao mesmo nível de sustentabilidade social e ambiental”. Isso é importante, pois a referência à UNDRIP está na lista de instrumentos internacionais aplicáveis. Portanto, poderíamos pensar que somente os projetos em países terceiros deveriam seguir os princípios da UNDRIP (como o Consentimento Livre, Prévio e Informado), mas este considerando explica que, embora as avaliações possam ser diferentes, os requisitos devem ser os mesmos.

A participação em um esquema de certificação também pode ser usada pela Comissão para demonstrar que o projeto está em conformidade com o critério de sustentabilidade e, portanto, pode receber status estratégico.

Para que seus projetos conquistem o status de projeto estratégico, as empresas precisarão apresentar

planos que demonstrem como o projeto facilitará o envolvimento e a participação das comunidades afetadas, incluindo, quando necessário, povos indígenas, bem como planos de mitigação e mecanismos de compensação. Além disso, no caso de projetos extrativos a serem implementados fora da UE, será necessário apresentar um plano de restauração para a área de mineração. Presumivelmente, a avaliação desses planos também fará parte da avaliação do projeto como um todo, muito embora o RMPC não especifique como isso será feito.

A capacidade de intervenção da sociedade civil no processo de seleção dos projetos será, em certa medida, limitada. A avaliação será baseada em informações prestadas pelas empresas e, não havendo qualquer exigência de que os projetos apresentados sejam publicados, as organizações da sociedade civil não terão como analisá-los. No caso dos projetos a serem implementados no interior da UE, a referência a “elementos adicionais de avaliação” talvez indique uma oportunidade para que a sociedade civil apresente elementos a serem levados em conta na avaliação dos projetos.

Pode haver mais oportunidades de intervenção da sociedade civil no monitoramento da implementação dos projetos, uma vez que, após serem aprovados, as empresas serão obrigadas a criar um site na internet com informações sobre seus impactos e benefícios ambientais e sociais.

Priorização e monitoramento de parcerias estratégicas

No caso das parcerias estratégicas, a determinação da sustentabilidade apresenta variações conforme se trate de uma parceria já existente ou de uma parceria nova. A avaliação das parcerias existentes deve determinar se elas estão contribuindo para a sustentabilidade e as práticas econômicas circulares, para a melhoria das condições de trabalho e para o respeito aos direitos humanos nos países parceiros. Em se tratando de novas parcerias, a avaliação deve levar em conta sua contribuição para aumentar a capacidade do país parceiro de minimizar os impactos ambientais negativos e garantir a adoção de práticas socialmente responsáveis, incluindo o respeito aos direitos humanos e trabalhistas, o estabelecimento de um diálogo construtivo com as comunidades locais e a adoção de práticas empresariais transparentes e responsáveis. No caso de mercados emergentes e economias em

desenvolvimento, a avaliação deve considerar também se (e como) a parceria poderia agregar valor local e ser mutuamente benéfica para o país parceiro e para a UE.

Parece haver uma margem para que a sociedade civil apresente elementos relativos ao impacto de parcerias já existentes e às possíveis contribuições positivas de novas parcerias, muito embora o RMPC não estabeleça um procedimento formal para isso.

Monitoramento de mecanismos de certificação

A sociedade civil também poderia contribuir para o monitoramento do esquema de certificação. Espera-se que a Comissão Europeia estabeleça um sistema de registro para os sistemas que, segundo ela, demonstrem conformidade com os requisitos de sustentabilidade do projeto. Ele incluirá um site público para permitir a coleta de devolutivas. Assim que a Comissão reconhecer o primeiro esquema, o registro e o sistema de feedback deverão entrar em vigor.

Metodologia relativa à pegada ambiental

O requisito de que sejam apresentadas declarações sobre a pegada ambiental de certas matérias-primas também oferece oportunidades para a participação da sociedade civil. As matérias-primas a serem avaliadas e a metodologia a ser adotada no estabelecimento de sua pegada ambiental serão determinadas nos primeiros 30 meses de vigência do regulamento. A decisão sobre esses dois aspectos será tomada com base em consultas com os atores envolvidos. Assim, deve haver oportunidade para que a sociedade civil intervenha nesse processo de modo a garantir, por exemplo, que os impactos para as florestas e os povos da floresta sejam devidamente considerados. Após a criação do sistema, as declarações e os estudos subjacentes deverão ser publicados na internet para que sejam examinados.

Diálogo com o Conselho Europeu das Matérias-Primas Críticas

O RMPC prevê a criação do Conselho Europeu das Matérias-Primas Críticas, que deverá auxiliar a Comissão Europeia na implementação do regulamento. O conselho será formado por representantes de todos os Estados membros e da Comissão, mas representantes da sociedade civil também poderão ser convidados a oferecer contribuições por escrito ou participar de reuniões como observadores.

Entre outras atribuições, o conselho será responsável por avaliar parcerias e projetos estratégicos, contribuir

para o intercâmbio de boas práticas e prestar assessoria à Comissão Europeia. Deverão ser criados subgrupos para abordar questões específicas, incluindo a ampliação e disseminação do conhecimento público e de boas práticas relativas à participação do público (dos quais as organizações da sociedade civil serão regularmente convidadas a participar na condição de observadoras, conforme indicado no RMPC). Haverá também um subgrupo responsável por discutir medidas destinadas a promover a circularidade, o uso eficiente de recursos e a substituição de MPC.

Outros dispositivos relevantes na legislação da UE

O RMPC faz parte de um conjunto amplo de dispositivos legais que visam reduzir a pegada ambiental da UE e promover práticas empresariais e cadeias de suprimentos mais responsáveis. Em particular, há um número crescente de exigências legais para que as empresas implementem mecanismos de devida diligência em suas cadeias de suprimentos, como o regulamento sobre minérios de conflito,²⁰ que se aplica a importadores de ouro, estanho, tântalo e tungstênio (os dois últimos estão na lista atual de MPC da UE); e o regulamento sobre baterias,²¹ que se aplica a fabricantes de baterias e suas cadeias de suprimentos de matérias-primas (incluindo várias MPC). Além disso, a diretiva relativa à devida diligência das empresas em matéria de sustentabilidade (CSDDD)²² será aplicável a grandes empresas europeias e a diversos setores da economia.

Esses dispositivos legais podem interagir com o RMPC de várias formas. Os requisitos relativos aos mecanismos de devida diligência, por exemplo, podem oferecer incentivos ao fortalecimento das ações de sustentabilidade em projetos estratégicos e incentivar as empresas a adquirir suas matérias-primas de projetos estratégicos implementados nos termos do RMPC. Esse é um resultado particularmente provável se a implementação ou a aplicação dos mecanismos de devida diligência for mais rigorosa do que a avaliação ou o monitoramento dos projetos nos termos do RMPC.

Os mecanismos de devida diligência também devem reduzir os custos em que as empresas precisarão incorrer e os esforços que precisarão enviar para garantir que seus projetos cumpram os requisitos de pegada ambiental estipulados pelo RMPC. Se essas declarações forem usadas como fontes de dados para os mecanismos de devida diligência, isso poderá ampliar os incentivos para que os importadores adquiram produtos com menor pegada ambiental.

²⁰ https://policy.trade.ec.europa.eu/development-and-sustainability/conflict-minerals-regulation_en

²¹ https://environment.ec.europa.eu/news/new-law-more-sustainable-circular-and-safe-batteries-enters-force-2023-08-17_en

²² https://commission.europa.eu/business-economy-euro/doing-business-eu/corporate-sustainability-due-diligence_en



A mineração de bauxita já destruiu enormes áreas de plantio e florestas. Foto: Usina de alumínio na Guiné, Igor Grochev/ Shutterstock

Conclusões e perspectivas

Se ocorrer com a intensidade atualmente projetada, o aumento na demanda por MPC deverá criar desafios significativos para países e regiões que dispõem de grandes reservas desses recursos. Embora o RMPC reconheça isso, e preveja medidas para minimizar os riscos sociais e ambientais e também para beneficiar os países parceiros, a ênfase na agilidade da implementação dos projetos e na obtenção de segurança de acesso a matérias-primas críticas suscita preocupações de que essas medidas não sejam suficientes.

Portanto, será de fundamental importância que o RMPC seja adequadamente implementado e que o impacto de parcerias e projetos estratégicos seja devidamente avaliado. Tal vigilância auxiliará na identificação dos problemas – se e quando surgirem – e na formulação de respostas, seja por parte da UE, dos países parceiros ou da sociedade civil.



www.fern.org



Este briefing foi escrito por Alison Hoare e editado por Fern. Esta publicação foi produzida com a assistência da Climate, Infrastructure and Environment Executive Agency (CINEA) da União Europeia. As opiniões expressas não podem, de forma alguma, ser consideradas como reflexo das opiniões do doador.

